



# Orientações políticas para a próxima Comissão

*José Manuel Barroso*



*Vivemos tempos pouco comuns. A crise que atravessamos não é apenas uma crise financeira e económica, mas também uma crise para os valores das nossas sociedades. Ao mesmo tempo, a crise veio demonstrar o grau de interdependência do mundo do século XXI e confirmar as alterações fundamentais que estão a ocorrer nas relações e nos equilíbrios entre as potências mundiais.*

*É necessário, portanto, proceder a uma ampla reflexão sobre o tipo de sociedade em que queremos viver.*

*Para a Europa, trata-se do momento da verdade. A Europa tem de responder a uma questão decisiva. Queremos liderar e configurar a globalização com base nos nossos valores e nos nossos interesses ou preferimos deixar a outros a iniciativa, aceitando a ordem mundial por eles criada?*

*As alternativas são claras e a escolha radical. Ou os Europeus aceitam enfrentar unidos este desafio ou perderemos progressivamente a nossa relevância.*

*Estou convicto de que a Europa pode, e deve, em conjunto com os seus parceiros, conferir à globalização a liderança de que esta carece. Para poder desempenhar o papel que lhe compete, a Europa deve reconhecer o fenómeno da interdependência global como ponto de partida da sua própria «declaração de interdependência». A conjugação da dimensão do seu mercado interno com a força das instituições europeias e dos seus 27 Estados-Membros proporciona à União Europeia a massa crítica necessária para projectar os nossos valores e defender os nossos interesses. A União Europeia encontra-se, de resto, numa posição privilegiada para o fazer devido à sua experiência no estabelecimento de regras e instituições supranacionais. A experiência de quase 60 anos da União Europeia como laboratório de cooperação transfronteiras supranacional faz dela um baluarte natural da governação global.*

*O Tratado de Lisboa, que espero venha a ser ratificado em breve, dar-nos-á a capacidade institucional para agir. Mas a resposta a estes desafios é também uma questão de vontade política.*

*Os tempos que correm não são comuns nem de rotina – do que precisamos verdadeiramente é de uma agenda para a mudança.*

*Mais do que nunca, é necessária uma União Europeia forte. Mas gostaria desde já de esclarecer que isto não significa uma maior centralização de poderes em Bruxelas. O Tratado de Lisboa e os princípios da subsidiariedade e da*

*solidariedade nele consagrados determinam o nível mais adequado de uma intervenção eficaz.*

*Teremos de reconhecer que a dimensão europeia, o espírito europeu e a cultura europeia no processo de tomada de decisões a todos os níveis, bem como o método comunitário, são factores decisivos para obter os melhores resultados para os cidadãos a partir dos recursos europeus. Para que seja possível tirar partido do nosso peso económico e comercial. Do mercado interno e do euro até à política de coesão.*

*A Europa conseguiu desenvolver uma economia social de mercado e um modelo de sociedade que ultrapassa a dicotomia destrutiva entre um mercado sem qualquer regulamentação e um Estado todo-poderoso. A nossa história e experiência comuns revelam que as respostas aos desafios que enfrentamos hoje em dia não podem ser dadas exclusivamente pelo mercado ou pelo Estado. Devem provir da sociedade, para poderem dar resposta às necessidades das pessoas. Temos de colocar a dignidade humana no centro da nossa acção. Uma abordagem baseada em valores proporciona uma base adequada para, pragmaticamente, encontrarmos soluções para os nossos cidadãos. As políticas europeias devem, portanto, ser orientadas nesse sentido, o que nos permitirá eliminar o fosso que existe entre a realidade da integração europeia e a percepção das pessoas.*

*Como é evidente, a prioridade a curto prazo deve consistir em assegurar uma saída com êxito da crise, apoiando a procura e contendo o aumento do desemprego. Isto exigirá uma aplicação firme do Plano de Relançamento da Economia Europeia, manter as taxas de juro a níveis reduzidos, assegurar o regresso à viabilidade dos bancos e utilizar as regras em matéria de auxílios estatais para apoiar os governos nos seus esforços destinados a revitalizar a economia sem prejudicar os outros Estados-Membros – tudo isto no quadro de uma estratégia global coordenada a nível europeu. É ainda prematuro suprimir estas medidas de estímulo e de apoio à economia e ao sector financeiro.*

*Nas presentes circunstâncias, o emprego constitui claramente a principal preocupação. É essencial recorrer a todos os instrumentos possíveis para evitar novas perdas de postos de trabalho e para ajudar as pessoas que caem no desemprego. Face às incertezas com que os Europeus se deparam actualmente, teremos de privilegiar claramente a dimensão social da Europa a todos os níveis da tomada de decisão.*

*Ao mesmo tempo, teremos de proceder rapidamente a uma reforma eficaz e responsável dos mercados financeiros, a fim de reorientar os mercados para uma base ética, essencial em termos de êxito e de legitimidade.*

*Mas, para lançar os alicerces de um futuro mais sustentável, não nos podemos limitar a uma perspectiva de curto prazo. Fixar as prioridades para a Europa num horizonte de dez anos permitir-nos-á definir melhor o trabalho que a Comissão deverá desenvolver nos próximos cinco anos. Uma perspectiva a mais longo prazo ajudar-nos-á a tomar as decisões certas sobre como e onde devemos investir desde já na transformação profunda e inovadora que será necessária para apoiar o modelo europeu de sociedade e para sermos bem sucedidos num mundo cada vez mais competitivo.*

*Dispomos já de vários dos ingredientes necessários nas diferentes estratégias e instrumentos que a UE tem vindo a desenvolver nos últimos anos. A minha proposta consiste em congregiar estas diferentes estratégias e instrumentos, adaptando-os eventualmente. Será necessário, em especial, rever a Estratégia de Lisboa actual para a adaptarmos ao período pós-2010, transformando-a numa estratégia em prol de uma visão integrada para a «UE 2020».*

*A estratégia para a «UE 2020» incluirá uma abordagem mais convergente e coordenada da reforma das economias europeias, através do investimento em novas fontes de crescimento. Isto implica fomentar a investigação, o desenvolvimento e a inovação. Implica uma melhoria das qualificações para criar mais emprego. Implica mais competitividade e menos burocracia, com vista a reforçar a nossa base industrial, um sector de serviços moderno e uma economia rural dinâmica. Implica criar os «elementos que faltam» para que o mercado interno possa realizar todo o seu potencial. Implica medidas de combate às alterações climáticas e que garantam a segurança energética, para assegurar a sustentabilidade das nossas economias e sociedades. Implica implantar as redes do futuro, quer a rede de banda larga, quer a nova super-rede europeia de electricidade e gás. Por último, implica a solidez das nossas finanças públicas. Preconizo uma estratégia que privilegia a acção concreta – apresentada mais em pormenor neste documento – que permita criar a economia social de mercado inclusiva e sustentável em que queremos viver.*

*Na base desta estratégia, encontra-se a nossa adesão ao princípio de mercados abertos e saudáveis. A nível interno, esta estratégia baseia-se numa defesa firme do mercado interno e das regras de concorrência e em matéria de auxílios estatais que, através da igualdade de condições que criam, proporcionam acesso e oportunidades para todos, independentemente da sua dimensão ou poder – designadamente para os consumidores e as PME. A nível externo, baseia-se na*

*rejeição de todas as formas de protecção económica, ao mesmo tempo que defende com firmeza e sem ingenuidades o interesse europeu.*

*Tenho uma relação de paixão com a Europa. Para mim, o projecto europeu vai muito além da sua dimensão económica. Baseia-se nos valores da paz, liberdade, justiça e solidariedade e deverá contribuir para a Europa dos cidadãos. A União Europeia não se limita a conferir aos seus cidadãos direitos, protecção e oportunidades relacionados com o mercado. Contribui igualmente para aproximar as pessoas, constituindo a diversidade cultural da Europa um poderoso canal de comunicação. Os princípios da liberdade de circulação e da igualdade de tratamento para os cidadãos da UE devem tornar-se uma realidade concreta no seu dia-a-dia.*

*Se avançar nesta via, a Europa poderá promover os seus valores e interesses mesmo para além da sua vizinhança imediata. Pode tornar-se um verdadeiro parceiro no processo de liderança à escala global, intervindo a nível multilateral, no contexto das Nações Unidas, e com os nossos parceiros do G8 e do G20, e apelando aos países emergentes para que assumam uma responsabilidade acrescida. E pode, com toda a credibilidade, ser o paladino da causa dos direitos humanos e do desenvolvimento, em especial em relação ao combate à pobreza em África.*

*Para realizar tudo isto, precisamos de uma Europa mais política, que exigirá uma parceria especial entre as duas instituições europeias «por excelência» – a Comissão e o Parlamento Europeu. Somos efectivamente responsáveis em conjunto pela prossecução do interesse comum europeu: só trabalhando em conjunto e com um consenso claro sobre a nossa visão da Europa é que poderemos realizar as nossas ambições consagradas na agenda para a mudança que a Europa do amanhã nos exige.*

*Apresentei em termos gerais a minha visão da Europa para os próximos cinco anos numa carta que enviei aos membros do Conselho Europeu em Junho. Nos próximos dias, irei encontrar-me com os diferentes grupos políticos na perspectiva do debate e da votação no plenário do Parlamento Europeu. Decidi, por esta razão, explanar esta visão, definindo não só os objectivos e os princípios sobre as políticas que, na minha opinião, devem nortear a nossa parceria nos próximos cinco anos, como também as minhas ideias e convicções.*

*O presente documento não pretende ser exaustivo. Não se trata de um programa de trabalho da Comissão, que terá de esperar pelo novo Colégio. As iniciativas apresentadas não devem ser consideradas como um catálogo, mas como exemplos das orientações políticas em torno das quais tentarei criar um*

*consenso entre todas as forças pró-europeias. Este documento destina-se a apresentar a todos – os que trabalharam comigo nos últimos cinco anos e os que foram eleitos para o Parlamento pela primeira vez – as grandes linhas do que ambiciono para a Europa. Se o Parlamento Europeu aprovar a minha nomeação com base nesta visão, desenvolverei com os novos Comissários as orientações agora enunciadas no âmbito de um programa mais pormenorizado.*

*O meu primeiro mandato foi consagrado principalmente à consolidação da Europa a 27. A União Europeia alargada proporciona-nos agora um trampolim para utilizarmos da melhor forma a nossa dimensão e a nossa força. Temos agora as condições para avançar com convicção e determinação para uma nova ambição. Se for reconfirmado pelo Parlamento Europeu, redobrarei de esforços para fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que esta ambição para a Europa possa concretizar-se. Utilizarei plenamente os poderes da Comissão e conferirei uma nova dimensão à parceria especial com o Parlamento Europeu a fim de garantir que as duas instituições que se encontram no cerne do projecto europeu contribuam, em conjunto, para criar uma União Europeia próspera, segura e sustentável, uma Europa de liberdade e de solidariedade.*

J.M.B









## **Índice**

### ***A Europa em que acredito***

***Uma Europa de ambição***

***Uma Europa de valores***

***Uma Europa que coloca as pessoas no centro da sua agenda***

### ***As orientações políticas para a próxima Comissão***

Desafios actuais

Recursos à nossa disposição

***Perspectivar as nossas prioridades a mais longo prazo: uma visão para a UE 2020***

#### **Sair com êxito da crise**

- Uma estratégia económica firme e coordenada a nível da UE
- Conter o aumento do desemprego
- Uma nova geração de regulamentação financeira responsável

#### **Liderar o combate às alterações climáticas**

#### **Promover novas fontes de crescimento e de coesão social**

- Indústria, serviços, agricultura e sector marítimo
- Investigação e inovação para uma sociedade do conhecimento
- Uma agenda para o emprego para um mercado de trabalho em mutação
- Integração dos migrantes legais
- Um mercado único adaptado ao século XXI
- Regulamentação inteligente que coloque os mercados ao serviço das pessoas
- Mercados globais
- Redes do futuro

## **Promover a Europa dos cidadãos**

- Promover os direitos e assegurar protecção
- Eliminar os obstáculos para os cidadãos
- Fazer face ao desafio demográfico
- Apoiar a mobilidade dos jovens
- Reforçar o diálogo e a informação

## **Abrir uma nova era para a Europa Global**

### ***Meios à altura das nossas ambições***

## ***Como deve funcionar a Europa***

***A Comissão Europeia como motor do projecto europeu***

***Uma «Parceria para o progresso»***

***Subsidiariedade***

***Uma parceria especial entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu.***

*"Nos pays sont devenus trop petits pour le monde actuel à l'échelle des moyens techniques modernes, à la mesure de l'Amérique et de la Russie d'aujourd'hui, de la Chine et de l'Inde de demain."<sup>1</sup>*

*(Jean Monnet, 1954)*

*"Et la Communauté elle-même n'est qu'une étape vers les formes d'organisation du monde de demain."<sup>2</sup>*

*(Jean Monnet, "Mémoires", 1976)*

*"The twentieth century - America's Century - had seen Europe plunge into the abyss. The old continent's recovery had been a slow and uncertain process. In some ways it would never be complete: America would have the biggest army and China would make more, and cheaper, goods. But neither America nor China had a serviceable model to propose for universal emulation. In spite of the horrors of their recent past - and in large measure because of them - it was Europeans who were now uniquely placed to offer the world some modest advice on how to avoid repeating their own mistakes. Few would have predicted it sixty years before, but the twenty-first century might yet belong to Europe."<sup>3</sup>*

*(Tony Judt, "Postwar: A History of Europe since 1945", 2007)*

---

<sup>1</sup> «Os nossos países tornaram-se demasiado pequenos para o mundo actual, à escala dos meios técnicos modernos, à medida da América e da Rússia de hoje, e da China e da Índia de amanhã.»

<sup>2</sup> «A Comunidade não é mais do que uma etapa em direcção a formas de organização do mundo de amanhã.»

<sup>3</sup> «O século XX - o século da América - assistira à queda da Europa num abismo. A recuperação do velho continente tinha sido um processo lento e incerto e que, de certa forma, nunca ficaria concluído: a América teria o maior exército e a China fabricaria mais produtos a preços mais baixos. Mas nem a América nem a China dispunham de um modelo viável que se prestasse a uma emulação universal. Não obstante os horrores do seu passado recente - e em larga medida por causa deles - acabariam por ser os Europeus a estar na situação única de oferecer ao mundo alguns conselhos modestos sobre a forma de evitar a repetição dos seus próprios erros. Poucos teriam sido capazes de o prever sessenta anos atrás, mas a verdade é que o século XXI poderia ainda ser um século da Europa.»



## ***A Europa em que acredito***

O mundo encontra-se num momento de viragem, tal como acontece com a Europa. O que fizermos hoje determinará a vitalidade do modelo europeu de sociedade para as gerações futuras. Determinará que influência teremos na configuração de uma nova ordem mundial e a forma como iremos utilizar os nossos recursos para afirmar os interesses e os valores europeus na era da globalização. A União Europeia tem 50 anos de experiência na promoção dos direitos, prosperidade e solidariedade para os europeus. Aprendemos, por vezes penosamente, como gerir a interdependência na Europa – precisamos agora de utilizar esta experiência para darmos uma resposta europeia unida ao nível global. Nestes tempos conturbados, do que a Europa verdadeiramente precisa é de uma agenda para a mudança. Só trabalhando em conjunto é que a Europa pode atingir a massa crítica necessária. Estamos perante um dilema: ou configuramos em conjunto a nova ordem que está a emergir ou a Europa tornar-se-á irrelevante.

É evidente que não é a primeira vez que a Europa tem de se reinventar: tudo começou na década de 50, com um projecto de paz que se destinava a apaziguar um continente dilacerado pela guerra. Nas décadas de 60 e 70, transformou-se num projecto de prosperidade económica e tornou-se um projecto de liberdade para os europeus que dele ainda não faziam parte. Para a minha geração, a Europa foi uma referência de liberdade e democracia, a verdadeira encarnação dos direitos políticos e sociais a que aspiravam as pessoas que ainda viviam sob ditaduras opressivas. Assisti em primeira mão à afirmação de um projecto europeu capaz de ultrapassar as aspirações e as expectativas dos europeus e sei que é uma experiência que partilho com muitos de vós.

Sei que hoje em dia está na moda especular sobre o declínio da Europa. Tenho uma opinião radicalmente diferente. Considero que este é o momento e a oportunidade da Europa. Quero reacender a paixão pela Europa e suscitar um novo orgulho e um sentimento de comunhão entre a UE e os seus cidadãos, com base na minha convicção de que a UE, com a sua economia social de mercado, constitui o caminho para um melhor futuro para todos nós, para os nossos filhos e para o resto do mundo. Quero dar o meu contributo para que a Europa cumpra plenamente as suas promessas e para construir um futuro em que possa explorar todo o seu potencial, enquanto força motriz do progresso num mundo pleno de desafios.

***...é uma Europa com ambição, que defende e promove com firmeza o interesse europeu ...***

A Europa em que acredito é uma Europa que:

- privilegia a oportunidade, a responsabilidade e a solidariedade, para que a economia social de mercado dê frutos. Uma Europa aberta, competitiva e próspera, que utiliza todo o potencial do nosso mercado interno e do euro; que promove uma base industrial avançada com elevado valor acrescentado e estimula a excelência no nosso sector dos serviços; que promove o desenvolvimento do nosso sector agrícola e contribui, por conseguinte, para a criação de mais e melhores postos de trabalho para os nossos cidadãos;
- investe no seu futuro: em infra-estruturas modernas, em investigação e desenvolvimento, em inovação e no reforço da nossa base de qualificações. Uma Europa empenhada numa transformação radical a caminho de uma sociedade baseada no conhecimento;
- ajuda as nossas economias a sair da crise actual e abre caminho para um crescimento mais inteligente, mais ecológico e mais sustentável, promovendo a coesão económica e social e garantindo uma sustentabilidade orçamental a longo prazo;
- mantém a liderança mundial em domínios como o combate às alterações climáticas e a promoção da segurança energética, ajudando simultaneamente a tecnologia e as empresas europeias a ocuparem uma posição de vanguarda no desenvolvimento de uma economia de baixo carbono;
- recusa todas as formas de protecção económica, mas afirma de forma clara a sua determinação em proteger e promover o interesse europeu em todo o mundo;
- continua a tomar a iniciativa e a pugnar por uma regulamentação e supervisão eficazes dos mercados financeiros mundiais, moldando a globalização segundo os nossos próprios valores, respeitando princípios éticos e promovendo, a nível mundial, padrões sociais e ambientais mais elevados; que actua como paladino da promoção dos direitos humanos e do desenvolvimento e se exprime alto e a bom som, em uníssono, na cena mundial.

Em resumo, uma Europa de responsabilidade e acção, na qual os cidadãos possam exercer os seus direitos num ambiente de justiça, liberdade e segurança.

### ***...uma Europa de valores...***

Tenho uma relação de paixão com a Europa, que é muito mais do que um simples mercado – as suas realizações são motivo de orgulho e o seu potencial constitui um desafio para a imaginação. É uma comunidade de valores, fundada na dignidade humana, liberdade, igualdade e solidariedade. À medida que o mundo à nossa volta vai mudando, estes valores são por vezes ameaçados – tanto pelas alterações da sociedade como pelo desenvolvimento científico e



tecnológico. Acredito numa Europa que permite que cada homem e cada mulher possa desenvolver todo o seu potencial em liberdade, em segurança e sem discriminações. Uma Europa que considera a diversidade como um trunfo e garante que todos sejam tratados com a mesma dignidade. Uma Europa que tem orgulho no seu património cultural e linguístico e que protege e promove a sua diversidade, enquanto essência da nossa identidade, alicerce dos valores que defendemos e base do nosso compromisso face ao resto do mundo.

A solidariedade é uma pedra angular da sociedade europeia e da sua economia social de mercado. Quando Portugal aderiu à UE em 1986, assisti em primeira mão à solidariedade em acção, ajudando o meu país a acelerar o seu desenvolvimento económico e social e a utilizar plenamente o seu potencial. Precisamos de continuar a dar uma expressão prática à solidariedade nas suas diferentes dimensões: a dimensão política, tal como fizemos na crise do gás entre a Rússia e a Ucrânia; a dimensão económica, como através da política de coesão; e a dimensão social, domínio em que propus a criação do Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização e da Facilidade Alimentar e lutei pela sua formalização legal.

A nossa interdependência, na Europa e a nível mundial, nunca foi tão evidente. Lutar contra as alterações climáticas, criar políticas sustentáveis em matéria de energia, ajudar as nossas sociedades a darem resposta às alterações demográficas, reconstruir o sistema financeiro mundial e lutar contra o flagelo da pobreza constituem desafios a que, no mundo complexo que é o nosso, só poderemos dar resposta se unirmos as nossas forças. Isso significa que todos somos responsáveis, cada um ao seu nível: as instituições da UE, os Estados Membros e a sociedade civil – na Europa e no mundo.

### ***... e uma Europa que coloca as pessoas no centro da sua agenda***

A razão de ser da Europa é dar poder aos europeus, proteger os seus direitos e promover o progresso social. Na era da globalização, esta tarefa deixou de poder ser assumida apenas pelos governos nacionais. A UE representa uma mais-valia real para os europeus, na sua aspiração a um futuro melhor, e permite-lhes configurar com confiança o mundo em que vivemos. Considero que, no passado, as instituições da UE e os Estados-Membros nem sempre conseguiram explicar o significado concreto da acção europeia para os cidadãos: quais os benefícios do mercado único, da abertura e regulação dos mercados nos domínios da energia e das telecomunicações, da política de concorrência ou dos fundos estruturais? Quais são exactamente os seus direitos enquanto estudantes, trabalhadores, empresários ou consumidores? Em resumo, pretendo que a agenda das políticas europeias seja mais claramente articulada em torno dos direitos e das necessidades dos europeus.

Mas os direitos e as obrigações só poderão ser concretizados na prática mediante um acesso fácil por parte dos interessados. Considero que a Comissão, o Parlamento Europeu e os Estados-Membros devem consagrar tempo e atenção à definição, comunicação e salvaguarda destes direitos. O Tratado de Lisboa, se for ratificado, abrirá novas oportunidades para concretizar este objectivo.

Sempre defendi, e continuarei a fazê-lo, que resultados sólidos são preferíveis a uma retórica oca. Foi assim que a Europa foi construída – não como um castelo no ar, mas sobre as fundações sólidas proporcionadas pelos valores fundamentais que constituem a própria essência da União Europeia.

## ***As orientações para a próxima Comissão em relação às diferentes políticas***

### ***Os desafios que a Europa tem pela frente são enormes...***

Os tempos são de mudança e a UE tem de aproveitar esta oportunidade para encontrar novas respostas para as novas questões que se colocam e para utilizar os trunfos de que dispõe de forma inovadora. Temos de agir em conjunto para assegurar uma recuperação sustentável. As pessoas estão preocupadas com o futuro, o seu e o das suas famílias. Limitarmo-nos a prosseguir as mesmas políticas não é suficiente – precisamos de uma nova abordagem que proporcione soluções que funcionem – de uma forma duradoura. Só uma estratégia integrada a nível da UE permitirá à Europa regressar a uma situação de crescimento económico forte e sustentável e de criação de emprego, em benefício dos seus cidadãos.

Considero que são cinco os principais desafios com que a Europa se encontra hoje confrontada:

#### **1. Relançar desde já o crescimento económico e assegurar a sustentabilidade e a competitividade a longo prazo para o futuro.**

Prevê-se que este ano o PIB diminua na UE em cerca de 4 %. É evidente que levará algum tempo para que o crescimento global volte a atingir os níveis anteriores à crise, não sendo certo que tal venha mesmo a acontecer. Estas taxas de crescimento – e o modelo económico que lhes estava subjacente – eram simplesmente insustentáveis. A retoma exigirá uma abordagem diferente da que foi adoptada no passado.

#### **2. Lutar contra o desemprego e reforçar a coesão social.**

Apesar da criação de 18 milhões de postos de trabalho entre 1997 e 2007, a crise veio provocar perdas de emprego em toda a UE, com riscos acrescidos de agravamento dos problemas sociais, como o aumento da pobreza. Entre 2007 e 2010, o número de desempregados na UE terá aumentado em mais de 8 milhões de pessoas. Trata-se de tempos excepcionais: precisamos de nos concentrar de modo inovador e com muito mais firmeza na dimensão social da Europa, a todos os níveis de governo. É imperativo agir de imediato para lutar contra o desemprego, mas é também necessário ir mais longe, virando-nos para aqueles que se confrontam com obstáculos estruturais de longo prazo ao emprego, como os jovens e as pessoas com poucas qualificações. Simultaneamente, precisamos de ter em mente as necessidades das nossas populações que envelhecem e das camadas mais vulneráveis da nossa sociedade. É esta a única forma de assegurarmos a forte coesão social que constitui a imagem de marca do modelo europeu de sociedade.

### **3. Transformar o desafio de uma Europa sustentável numa vantagem competitiva.**

A UE tem demonstrado liderança nas negociações internacionais sobre o ambiente, em domínios como as alterações climáticas e a biodiversidade. Fixámos objectivos vinculativos para a redução das nossas emissões de gases com efeito de estufa até 2020. Temos agora de demonstrar de que forma o combate às alterações climáticas pode contribuir para modernizar as nossas economias e proporcionar a plataforma adequada para colher os benefícios da liderança tecnológica.

### **4. Garantir a segurança dos Europeus.**

A luta contra o terrorismo, a criminalidade internacional e o tráfico de seres humanos é uma batalha de que temos que sair vitoriosos. A crise actual cria riscos adicionais, aumentando o perigo de um surto de extremismo que explore as tensões sociais e étnicas. Uma Europa segura significa também uma Europa com confiança nas suas fontes de abastecimento em energia, em produtos alimentares e noutras matérias-primas, face a uma concorrência internacional crescente.

### **5. Reforçar a cidadania europeia e a participação cívica.**

Revitalizar as relações entre os povos da Europa e a UE reforçará a sua legitimidade e torná-la-á mais eficaz. Permitir que os cidadãos participem na tomada de decisões que afectam as suas vidas, nomeadamente através da transparência sobre a forma como tais decisões são tomadas, contribuirá para atingir estes objectivos. Isto significa que os direitos dos cidadãos europeus devem ter efeitos concretos: os cidadãos não devem encontrar hoje em dia obstáculos quando atravessam as fronteiras na UE.

A Europa tem de trabalhar em conjunto nestas questões, que não podem ser resolvidas individualmente pelos Estados-Membros. Só trabalhando em conjunto é que poderemos ter êxito.

### ***... mas são também enormes os recursos de que dispomos***

Tenho inteira confiança na nossa capacidade de êxito, tirando partido dos nossos pontos fortes e permanecendo fiéis aos nossos valores.

- Somos um continente com democracias estáveis, com o maior regime democrático transnacional do mundo.
- Somos uma comunidade em que impera o Estado de direito e com instituições sólidas.
- Dispomos de uma economia social de mercado confirmada.

- Dispomos de uma grande riqueza em termos de talento humano, que alimenta um sector industrial, agrícola e de serviços de classe mundial.
- Temos um mercado único sofisticado que demonstrou a sua capacidade de resistência nas mais difíceis condições e que consolidou o seu papel enquanto principal motor do crescimento europeu.
- Temos uma moeda única que se revelou uma âncora de estabilidade e cuja importância poderá continuar a crescer.
- Dispomos de políticas comunitárias bem desenvolvidas, que nos permitem partilhar experiências, explorar economias de escala e acelerar a coesão económica e social nas nossas regiões.
- Fizemos do alargamento um êxito, o que nos tornou mais fortes tanto a nível interno como externo.
- Estamos bem posicionados na cena internacional: os nossos parceiros de todo o mundo olham para a UE como uma fonte de inspiração e liderança.

A crise actual, ao demonstrar que atingimos níveis sem precedentes de interdependência global, pôs em destaque um trunfo específico da UE. Nenhuma outra região do mundo pode igualar a experiência da UE em termos de fixação de normas internacionais e de funcionamento de instituições transnacionais. Este facto faz de nós um baluarte natural da governação global de que o mundo precisa neste momento. Estou convicto de que, se aproveitarmos estes tempos de mudança, poderemos propor à comunidade global algumas soluções que darão resposta ao desafio da interdependência do século XXI.

### ***Perspectivar as nossas prioridades a mais longo prazo: uma visão para a UE 2020***

Os próximos meses e os próximos anos determinarão a rapidez e o grau com que recuperaremos desta crise e o nível de influência que teremos na concepção de uma nova ordem mundial. Para podermos fixar as prioridades correctas para a próxima Comissão, teremos de nos colocar numa perspectiva mais alargada. Já fixámos 2020 como o marco para a realização dos nossos ambiciosos objectivos em matéria de energia e de alterações climáticas. Fixar as prioridades para a Europa num horizonte de dez anos permitir-nos-á definir melhor o trabalho que a Comissão deverá desenvolver nos próximos cinco anos. Uma perspectiva a mais longo prazo ajudar-nos-á a tomar as decisões certas sobre como e onde devemos investir desde já na transformação profunda e inovadora que será necessária para concretizarmos uma agenda de mudança para a UE de amanhã. Com uma **visão certa para a UE 2020**, poderemos aproveitar os talentos e os recursos da Europa e revigorar a economia social de mercado inclusiva que constitui a imagem de marca do estilo de vida europeu.

Dispomos já de vários dos ingredientes necessários nas diferentes estratégias e instrumentos que a UE tem vindo a desenvolver nos últimos anos – a Estratégia

de Lisboa para o crescimento e o emprego, a Agenda Social renovada, o Pacto de Estabilidade e Crescimento, a política de concorrência e em matéria de auxílios estatais, a Estratégia de Desenvolvimento Sustentável, a nossa estratégia no domínio das alterações climáticas e da energia, o Espaço Europeu de Investigação, o Programa da Haia e agora o Programa de Estocolmo.

Mas estas acções foram desenvolvidas separadamente e não oferecem uma visão global do tipo de sociedade que queremos construir para o futuro. A minha proposta consiste em canalizar estas diferentes estratégias e instrumentos, adaptando-os se necessário, para criarmos a economia social de mercado inclusiva e sustentável em que queremos viver. Precisamos de rever a Estratégia de Lisboa actual para a adaptarmos ao período pós-2010, transformando-a numa estratégia de convergência e coordenação em prol desta visão integrada da UE 2020. Isto exigirá simultaneamente medidas imediatas e medidas a mais longo prazo:

- Sair com êxito da crise
- Liderar o combate às alterações climáticas
- Promover novas fontes de crescimento sustentável e de coesão social
- Promover a Europa dos cidadãos
- Abrir uma nova era para a Europa global

É urgente agirmos desde já em todas estas frentes para podermos obter rapidamente resultados, mesmo se alguns deles se farão esperar mais do que outros.

- ***Sair com êxito da crise***

***...exige uma estratégia económica a nível da UE firme e coordenada...***

As políticas europeias e nacionais aplicadas no âmbito do **Plano de Relançamento da Economia Europeia** foram determinantes para restabelecer um certo grau de confiança mais rapidamente do que muitos previam. A confiança está a ressurgir, a concessão de empréstimos a arrancar e as taxas de juro encontram-se a níveis historicamente baixos.

A intervenção da Europa foi maciça. O enorme esforço orçamental dos governos europeus permitirá injectar montantes que poderão atingir 6 % do PIB na nossa economia em 2009-2010. Em consonância com as orientações da Comissão, as garantias e os programas de recapitalização estão a estabilizar o sector bancário, tendo a Comissão já aprovado cerca de 3,6 biliões de EUR de auxílios estatais a favor do sector financeiro desde Outubro do ano passado, o que corresponde a quase um terço do PIB da UE. Este apoio não se destinou a salvar os banqueiros, mas sim a evitar um colapso

económico, proteger a poupança e evitar perdas de postos de trabalho. A Comissão acelerou os pagamentos a título dos fundos estruturais num montante de 11 mil milhões de EUR e propôs um programa de investimento de 5 mil milhões de EUR a favor de projectos inovadores no domínio da energia e do desenvolvimento da banda larga nas zonas rurais. O Fundo Social Europeu foi igualmente reprogramado, a fim de manter as pessoas em actividade através de acções de formação ou de reconversão profissional, e foi alargado o acesso ao Fundo Europeu de Ajustamento à Globalização. Duplicámos o limite máximo do apoio à balança de pagamentos aos Estados-Membros que não fazem parte da área do euro para 50 mil milhões de EUR.

Os principais trunfos da economia da UE – o mercado único e o euro – têm constituído um escudo de protecção no contexto da actual crise, tendo evitado aos europeus os seus piores efeitos. Foi a Europa que determinou a agenda das medidas a tomar a nível mundial no quadro do G20, a fim de estabilizar os mercados financeiros, concedendo mais recursos ao Fundo Monetário Internacional e reformulando a regulamentação financeira.

A prioridade consiste agora em continuar a apoiar a procura e conter o aumento do desemprego, o que exigirá uma aplicação firme do Plano de Relançamento da Economia Europeia, manter as taxas de juro a níveis reduzidos e utilizar as regras em matéria de auxílios estatais para apoiar os governos nos seus esforços destinados a revitalizar a economia sem prejudicar os outros Estados-Membros. É ainda prematuro suprimir estas medidas de estímulo e de apoio à economia e ao sector financeiro, devendo todavia ser elaborada uma estratégia nesse sentido. A margem de manobra de que dispomos para dar um novo estímulo à procura na UE é muito limitada, uma vez que a adopção generalizada de novas medidas orçamentais expansionistas poderia suscitar reacções negativas por parte dos mercados financeiros. Simultaneamente, há que evitar qualquer contradição entre as medidas de curto prazo que tomarmos agora e a viabilidade e competitividade a longo prazo da economia europeia.

A maioria dos Estados-Membros da UE irá registar défices excessivos no corrente ano, devendo-se esta situação a razões cíclicas, medidas discricionárias e, nalguns casos, a ambos os factores. Os défices excessivos devem ser corrigidos, de modo firme e inteligente, em conformidade com o **Pacto de Estabilidade e Crescimento** revisto. A Comissão irá analisar cuidadosamente o calendário adequado para a correcção do défice excessivo de cada país, com diferentes prazos consoante os Estados-Membros – por exemplo, o apoio à balança de pagamentos exigirá uma intervenção muito rápida da parte de alguns Estados-Membros. De um modo geral, será

necessário algum tempo para que os défices regressem a níveis inferiores a 3 % do PIB.

Será necessária uma supervisão orçamental mais ampla e mais aprofundada por parte da Comissão, nomeadamente a nível da qualidade das finanças públicas, que demonstra bem que um reforço da **coordenação das políticas económicas** é do interesse de todos. Sob a minha liderança, a Comissão irá recorrer a todas as possibilidades facultadas pelo Tratado para reforçar a convergência de objectivos e a coerência dos efeitos da política económica, em especial na área do euro. Uma maior coordenação será decisiva para o êxito de uma estratégia de saída da crise. O conjunto alargado das actuais políticas comunitárias pode também ser utilizado para promover uma maior coordenação das políticas económicas. Por exemplo, a Comissão tem vindo a rever a sua política em matéria de auxílios estatais, com vista a assegurar que as subvenções estejam verdadeiramente ao serviço de objectivos comunitários, tais como a promoção da investigação e desenvolvimento, a concepção de tecnologias «verdes» e o reforço de novas qualificações, ao mesmo tempo que garante a igualdade de condições de concorrência a nível da UE: a saída da crise só poderá ter êxito com um mercado único forte no centro da nossa estratégia.

O calendário da estratégia de saída deve também ser coordenado a nível mundial. A participação de pleno direito da Comissão no G20 e no G8 dá-lhe uma oportunidade para contribuir para as decisões tomadas a nível mundial. Poderá tranquilizar os mercados quanto à inversão da recente tendência de aumento da dívida pública e, em simultâneo, que a retoma da economia não será comprometeida por um abandono prematuro das medidas de apoio.

### ***... a contenção do aumento do desemprego...***

O desemprego constitui uma situação dramática a nível pessoal, mas afecta igualmente o conjunto da sociedade. À medida que o desemprego aumenta, em toda a Europa, as comunidades, as famílias e as pessoas encontram-se em dificuldades ou perante incertezas. É fundamental utilizar todos os instrumentos possíveis para impedir novas perdas de postos de trabalho e para auxiliar as pessoas que se encontram no desemprego. A Europa não se pode permitir o custo económico e social decorrente do desperdício do seu capital humano, que constitui o seu principal trunfo, e tem de dar resposta à ansiedade sentida por tantos dos nossos concidadãos.

A Comissão tem um importante papel a desempenhar, embora a política de emprego seja essencialmente da competência dos Estados-Membros. Podemos activar o efeito de alavanca do orçamento da UE, tal como fizemos aquando da adaptação do Fundo Social Europeu; podemos contribuir para que



as acções desenvolvidas a nível nacional tenham plenamente em conta a dimensão da UE; podemos mobilizar as nossas capacidades e os nossos conhecimentos para encontrarmos boas soluções, boas práticas e métodos inovadores para lutar contra o desemprego e para criar novos postos de trabalho. Neste contexto, constituem bons exemplos do papel positivo que a Comissão pode desempenhar as nossas propostas de adaptação das regras de financiamento da UE às actuais necessidades prementes, por exemplo apoiando o trabalho a tempo parcial combinado com a reconversão profissional como meio de manter as pessoas em actividade durante a crise e de melhorar o seu nível de qualificações, de modo a poderem beneficiar da retoma. O trabalho recente para estabelecer os princípios comunitários em matéria de flexigurança, cuja aplicação será decidida a nível nacional, proporciona um enquadramento positivo para o futuro.

A UE deve assim continuar a reforçar o seu apoio para que as pessoas adquiram as qualificações de que necessitam. Contudo, para que essas qualificações se traduzam em emprego no futuro, com postos de trabalho de melhor qualidade, a formação terá de ser bem orientada. Temos de lançar desde já um importante exercício de **melhoria das qualificações e da qualidade da educação**, incluindo um recurso muito maior à aprendizagem ao longo da vida. O trabalho confere dignidade às pessoas e vitalidade às comunidades. A educação permite às pessoas realizarem o seu potencial. Podemos alcançar e mesmo superar o nosso objectivo de uma taxa de emprego de 70 %, se proporcionarmos às pessoas as qualificações de que precisam para se manterem competitivas e se as prepararmos através de estágios e aprendizagem de alta qualidade. Poderão ser criados milhões de novos postos de trabalho, com o enorme potencial de crescimento que existe a nível dos «postos de trabalho verdes» e dos «postos de trabalho brancos» (no sector da saúde e nos serviços sociais destinados à infância e à terceira idade). Podemos começar já, identificando as qualificações que serão necessárias no futuro e utilizando os programas da UE para ajudar os Estados-Membros a assegurar o ensino e as qualificações relevantes.

### ***...e uma nova geração de regulamentação financeira responsável***

A Europa deve sair da actual crise confiante de que dispõe de um **sistema financeiro** mais ético, mais sólido e mais responsável. Para o efeito, é necessária uma acção coordenada e permanente da UE e dos seus Estados-Membros. Se, como é evidente, os governos nacionais continuam a ser responsáveis pela forma como gastam o dinheiro dos contribuintes, a nível europeu devemos assegurar que os bancos sejam sujeitos a testes de esforço transparentes, com base em critérios comuns, e que o tratamento dos activos tóxicos esteja sujeito a orientações comuns da Comissão.

Temos de garantir o restabelecimento da viabilidade do sector bancário, no contexto de uma estratégia global coordenada de saída da crise. A Comissão Europeia tem, neste âmbito, um papel claro a desempenhar. Os planos nacionais de emergência e de recapitalização não devem distorcer o mercado único. As regras da UE em matéria de concorrência e de auxílios estatais constituem uma garantia da adopção de soluções viáveis que não sejam discriminatórias em relação a instituições sólidas ou a Estados-Membros. Pode vir a ser necessário tomar decisões difíceis relativamente à dimensão e ao modelo empresarial dos bancos reestruturados. À medida que prossegue a reestruturação do sistema bancário europeu, a Comissão irá garantir a **igualdade de condições de concorrência** não apenas entre bancos europeus, mas igualmente com os concorrentes externos que beneficiaram de um apoio estatal significativo.

Devemos também completar a nova era da **regulamentação dos mercados financeiros**, a fim de evitar que a crise se repita, o que requer a plena adopção e aplicação das propostas da Comissão sobre requisitos de fundos próprios, *hedge funds* e *private equity*, regras em matéria de remunerações, agências de notação e garantias de depósitos. Devemos também reforçar os sistemas de gestão de crises: um sistema europeu de protecção dos depósitos que abrangesse os depósitos detidos em instituições transfronteiras contribuiria para o restabelecimento da confiança. Pretendo igualmente que a Comissão apresente em 2010 propostas legislativas ambiciosas destinadas a regulamentar os instrumentos derivados.

Um sistema europeu eficaz de **supervisão financeira** é essencial para restaurar a confiança. É necessário assegurar uma aplicação plena e rápida da legislação inspirada pelo relatório que solicitei ao Grupo de Larosière, no sentido de manter a actual dinâmica de reforma e a fim de transmitir um sinal determinante aos nossos parceiros internacionais da determinação da Europa para agir. A próxima Comissão deverá avaliar os resultados obtidos com vista a assegurar a realização das nossas ambições.

#### ▪ **Liderar o combate às alterações climáticas**

A crise surgiu precisamente no momento em que a Europa estava a tomar decisões históricas em matéria de alterações climáticas. As ambiciosas propostas apresentadas pela Comissão em 2008, acordadas com o Parlamento Europeu e os Estados-Membros, constituíram o reconhecimento de que a Europa abraçou essa luta e está determinada a garantir a sua segurança energética futura. A sociedade europeia reconhece que se trata de um desafio fundamental para as próximas décadas.

A crise económica e financeira e as provas científicas das alterações climáticas vieram demonstrar a necessidade de se investir mais na sustentabilidade. Contudo, não se trata apenas de agir para garantir o futuro do planeta – a Europa irá beneficiar em larga medida do investimento em novas tecnologias de baixo carbono em termos de emprego e de crescimento. O combate às alterações climáticas e a transição para uma economia de baixo carbono irão proporcionar enormes oportunidades e reforçarão a nossa segurança energética.

Esta dinâmica tem dado à Europa o impulso necessário para liderar o combate às alterações climáticas: não apenas para fixar objectivos vinculativos, mas igualmente na perspectiva das negociações nesta matéria que terão lugar em Copenhaga ainda este ano, apresentando uma visão clara do modo como a comunidade internacional pode fazer face a este problema e propondo um compromisso claro em matéria de financiamento para os países em desenvolvimento. A adesão a esta visão e a estes compromissos pela Europa e pelo mundo constituirá um importante desafio para a próxima Comissão.

Já começámos a demonstrar que a UE pode criar novos postos de trabalho e novos sectores de actividade através das tecnologias de baixo carbono. O facto de ser pioneira proporciona à UE vantagens em termos de exploração do potencial das suas **indústrias, serviços e tecnologias «verdes»**, fomentando a sua integração por parte das empresas, em especial as PME, e criando um enquadramento regulamentar adequado. Uma base industrial modernizada que utilize e produza tecnologias «verdes» e que explore o potencial de eficiência energética constitui a chave do crescimento sustentável da Europa.

Temos de enveredar desde já por uma via radicalmente nova para alcançarmos uma Europa muito mais sustentável até 2020. Dispomos da vontade política necessária e só nos falta agora encontrar a combinação certa entre regulamentação, desenvolvimento tecnológico e financiamento para a podermos concretizar. Isto exigirá encontrar formas de transformar o fornecimento de energia num mercado interno da UE bem regulado, o que possibilitará uma utilização muito mais racional da nossa energia e o reconhecimento do custo real das emissões de carbono. A tecnologia desempenha, neste contexto, um papel capital e devemos redobrar esforços para explorar o potencial da investigação e desenvolvimento à escala europeia. Todavia, devemos ir muito mais longe: temos de conceber em conjunto o processo de transição das nossas sociedades e a forma de incentivar as empresas, as autoridades públicas e os cidadãos a aproveitarem esta oportunidade e a abraçarem o futuro sustentável de que necessitamos.

A próxima Comissão deve manter a dinâmica na criação de uma economia de baixo carbono, em especial no que se refere à «**descarbonização**» do **nosso sistema de fornecimento de electricidade e do sector dos transportes** – de todos os transportes, incluindo os transportes marítimos e aéreos, assim como o desenvolvimento de automóveis limpos e eléctricos. A «descarbonização» do fornecimento de electricidade e dos transportes trará igualmente benefícios adicionais em termos de segurança do abastecimento energético.

Mas o que está em causa não é apenas a minimização do nosso impacto futuro sobre o clima. Temos igualmente de ter em conta as emissões libertadas no passado e as alterações climáticas que irão inevitavelmente desencadear. Todas as políticas comunitárias terão de ser avaliadas e, caso necessário, adaptadas à luz das alterações climáticas, quer se trate da utilização da água na agricultura, da resposta a dar à erosão costeira ou das implicações para a política da pesca. Tenciono lançar uma iniciativa importante para que a UE possa antecipar as mudanças para fazer face às alterações climáticas já em curso, ao mesmo tempo que reduzimos as nossas emissões futuras. Este trabalho irá implicar a mobilização dos dados científicos e económicos de que dispomos, para que a UE possa **adaptar as suas políticas em função do desafio das alterações climáticas**. Também neste domínio a UE pode liderar o processo de procura de novas soluções para os problemas decorrentes das alterações climáticas que já se estão a fazer sentir.

- ***Promover novas fontes de crescimento e de coesão social***

Na actual crise, o estímulo à procura contribui para uma boa parte da nossa actividade económica. Mas não podemos depender eternamente de estímulos de curto prazo que devem passar o testemunho a **novas fontes de crescimento** sustentáveis. Sustentabilidade significa manter o ritmo da reforma, adaptar as nossas capacidades e tecnologias à competitividade e aos mercados do futuro; modernizar para acompanhar a evolução social; e garantir que a nossa economia seja capaz de proteger o ambiente, o espaço rural, as zonas marítimas e a biodiversidade da Europa.

Esta necessidade requer, por sua vez, uma mudança radical na formulação das políticas. Precisamos de fazer um grande investimento no desenvolvimento de novas qualificações para o emprego do futuro. Precisamos de colocar a evolução tecnológica e a inovação no centro do funcionamento da economia europeia. Precisamos de investir em novas redes de infra-estruturas para as tecnologias de amanhã.

Esta mudança de orientação política deve assentar em mercados abertos e em regimes de investimento ao serviço dos interesses europeus, com uma regulamentação «inteligente» que garanta mercados saudáveis a nível europeu e mundial.

Todos os sectores da economia europeia retirarão vantagens desta abordagem, que permitirá criar novas oportunidades e novos postos de trabalho.

#### ***.... requer o reforço da base industrial da Europa...***

A UE precisa de uma base industrial forte. O nosso sector da indústria transformadora caracteriza-se por elevados investimentos em tecnologia e por uma mão-de-obra altamente qualificada e criativa. A nossa indústria sofreu transformações com as quais não teríamos sequer sonhado há dez anos. Criámos novas indústrias, reciclando materiais escassos, encontrámos soluções de alta tecnologia com baixo consumo energético para velhos problemas, como os sistemas de aquecimento e de arrefecimento, e contribuímos para alcançar os nossos objectivos em termos de alterações climáticas numa parceria com a indústria de que ambas as partes retiram benefícios.

Para garantir que a UE explora o seu potencial em termos de mudança e continuará a ser um local atractivo para a indústria em 2020, precisamos de uma nova abordagem de política industrial, que apoie o sector, colocando a ênfase na sustentabilidade, na inovação e nas qualificações necessárias, para manter a competitividade da indústria europeia nos mercados mundiais. Estou empenhado numa política que suprima a carga administrativa desnecessária, mas que proporcione a segurança jurídica de que as empresas carecem para efectuarem investimentos a longo prazo. A próxima Comissão deverá procurar formas inovadoras de dar um novo dinamismo às pequenas e médias empresas, abordando temas como os pagamentos em atraso, o estatuto da sociedade privada e a aplicação das regras da UE em matéria de contratos públicos e apoiando os esforços das PME para se internacionalizarem nos grandes mercados em crescimento a nível mundial.

#### ***... um sector dos serviços moderno...***

Mais de dois terços dos cidadãos europeus trabalham actualmente no sector terciário, prestando um amplo leque de serviços, tanto a nível local como mundial. As reformas do sector financeiro ajudarão a Europa a manter a sua posição de liderança na área dos serviços financeiros. Por outro lado, a supremacia da UE noutros tipos de serviços importantes para a economia - como o turismo, a logística e os serviços empresariais, bem como os serviços

nas áreas das tecnologias da informação e do ambiente - continuará a ser um dos nossos principais trunfos. As mudanças que se estão a operar na nossa sociedade gerarão, por outro lado, a procura de novos serviços que se traduzirão em novo emprego. Por exemplo, o envelhecimento da população criará a necessidade de mais serviços de saúde e de cuidados. Isto significa que será necessário promover o desenvolvimento global do sector dos serviços sociais e de saúde, por exemplo elaborando um enquadramento de qualidade para os serviços públicos e sociais que reconheça a sua importância no modelo europeu de sociedade.

### ***... uma economia rural dinâmica ...***

A Europa orgulha-se da sua longa tradição de produtor agrícola. Graças aos esforços dos agricultores, à política comum e aos investimentos em tecnologia, educação, investigação e desenvolvimento do mercado, a UE não só é auto-suficiente do ponto de vista alimentar, como se tornou um importante exportador de produtos agrícolas. A agricultura continuará a desempenhar um papel importante no futuro desenvolvimento da Europa, não só com o objectivo de garantir a segurança alimentar, preservar o ambiente e defender o espaço rural, mas também para fazer face a novos desafios, como as alterações climáticas, proporcionando simultaneamente um bom nível de vida aos agricultores. No entanto, a agricultura precisa de se adaptar. Tal como a política agrícola comum demonstrou ser capaz de se transformar nos últimos anos, é necessário agora decidir quais são as futuras necessidades e qual será o papel que a agricultura e o desenvolvimento rural desempenharão na visão para a Europa de 2020 e orientar os esforços em termos de investimento público e inovação para obtermos uma economia rural dinâmica.

### ***....bem como um sector marítimo ...***

Pela primeira vez, a actual Comissão congregou as várias vertentes desta política numa abordagem integrada do sector marítimo. Contudo, são necessárias mais iniciativas para desenvolver a nossa política marítima. Por exemplo, pretendo que a Europa faça das «auto-estradas do mar» uma realidade. A Europa deve desenvolver um planeamento espacial marítimo, proceder à integração da vigilância marítima numa base transfronteiras e transnacional e criar uma rede de observação e de dados do meio marinho.

A actual Comissão lançou também uma importante reapreciação da política comum da pesca. Com base nas consultas actualmente em curso, a próxima Comissão deverá estabelecer a forma de assegurar a sustentabilidade da política europeia da pesca.

### ***... uma revolução da investigação e da inovação para uma sociedade do conhecimento***

Os Europeus foram, desde sempre, pioneiros neste domínio, fazendo avançar as fronteiras do conhecimento e da ciência e encontrando novas soluções em cada geração. Atribuímos a maior importância à educação e à formação, reconhecendo que estas nos permitem realizar o nosso potencial e constituem elementos essenciais de uma sociedade sustentável. Já criámos alguns marcos de excelência que contribuirão para nos transformarmos numa sociedade baseada no conhecimento, como o Conselho Europeu de Investigação, e lançámos o Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia. Aumentámos significativamente a percentagem do orçamento europeu consagrada à investigação e à inovação e temos trabalhado em conjunto com os Estados-Membros no sentido de se aumentar o peso do financiamento nacional e privado nestes domínios.

A próxima Comissão deverá colocar a **política de investigação da UE** num novo patamar, fazendo dela um dos motores do nosso desenvolvimento sustentável. Os Estados Unidos beneficiam muito do facto de a sua investigação ser feita à escala continental, da longa tradição de estreita cooperação entre as universidades e as empresas e da facilidade de circulação dos investigadores dentro e para os Estados Unidos. Em contrapartida, e não obstante a sua excelência, os esforços de investigação europeus continuam fragmentados. Temos de libertar o nosso potencial para alcançar a excelência a nível mundial e encontrar novas formas de congregar os nossos recursos para tornar o Espaço Europeu de Investigação uma realidade.

Penso que nos devemos concentrar nos domínios essenciais, com vista a assegurar:

- a excelência a nível mundial da nossa investigação de base. A futura agenda em matéria de «investigação científica de fronteira» deve ser elaborada pela comunidade científica, principalmente no âmbito do Conselho Europeu de Investigação;
- uma I&D aplicada mais voltada para a indústria, em áreas que vão das nanotecnologias ao espaço, com vista a introduzir nos mercados novos produtos de vanguarda e tecnologias limpas e reforçar a competitividade da indústria europeia;
- novas oportunidades para os investigadores, alargando os programas de intercâmbio, como o programa Marie Curie, e atraindo investigadores de craveira mundial para a UE;
- um maior empenhamento na distribuição das capacidades de I&D pelas várias regiões.

Será também necessário dar muito maior ênfase à **inovação**, que constitui uma forma transversal de equipar todos os sectores da nossa economia para alcançarem uma maior competitividade, o que lhes permitirá encarar o futuro com confiança. A inovação não se prende apenas com o desenvolvimento de produtos, mas também com a forma como a nossa sociedade evolui e progride. A inovação está ligada à forma como as nossas empresas funcionam, à forma como trabalhamos e às nossas opções enquanto consumidores e cidadãos. Para promover a inovação, a próxima Comissão procurará associar as vantagens dos contratos públicos, uma nova estratégia em matéria de direitos de propriedade intelectual e os fundos e instrumentos comunitários. Continuará, por exemplo, a desenvolver o seu conceito de «mercados-piloto», no âmbito do qual as autoridades públicas facilitam a inovação liderada pela indústria, criando condições para a aceitação pelo mercado de produtos e serviços inovadores, de forma orientada, em domínios como a saúde em linha, a segurança interna, a eco-inovação e a construção ecológica.

Pretendo também que a Europa desenvolva uma **nova cultura empresarial** à altura da sociedade do conhecimento e da inovação. A Europa deve procurar aumentar em 50 % a percentagem da sua população que participa em actividades empresariais, passando do nível de menos de 10 % actual para 15 % (EUA: 14 %). Para alcançar este objectivo, é necessário não só abordar questões «concretas», como o acesso ao capital de risco e ao crédito, mas também factores mais «intangíveis», como as mentalidades, a atitude perante o fracasso, a educação e os modelos a seguir. Redes de apoio aos empresários e outros sistemas de contacto podem assegurar a divulgação das boas ideias na UE.

### ***...e uma agenda para o emprego adaptada a um mercado de trabalho em mutação...***

Ao mesmo tempo que precisamos de adaptar as qualificações às necessidades do mercado de trabalho para garantir condições de trabalho dignas e postos de trabalho de qualidade no futuro, enfrentamos também profundas mudanças na nossa forma de trabalhar. Novos aspectos como o teletrabalho, o horário flexível, uma vida activa mais longa e perfis de funções em rápida mutação caracterizam a vida quotidiana de milhões de cidadãos europeus. Estes aspectos suscitam novas questões a abordar na **agenda para o emprego**, que deverão ser acrescentadas aos direitos dos trabalhadores: conciliação entre vida profissional e familiar (o triângulo formado pelo tempo passado em licença, a cuidar dos filhos e a trabalhar com horário flexível) e as condições de trabalho, mas também políticas activas do mercado de trabalho e a flexigurança. Precisamos de garantir que os nossos valores da inclusão, equidade e justiça social sejam retomados numa nova abordagem.



Não permitiremos que **direitos sociais de base**, como o direito de associação ou o direito à greve, sejam comprometidos, na medida em que são fundamentais para o modelo europeu de sociedade. E mesmo face à pressão exercida pela globalização na nossa competitividade, nunca devemos responder com uma regressão dos nossos padrões. Devemos, pelo contrário, persuadir os nossos parceiros a adoptarem padrões similares, no interesse do seu próprio bem-estar, e defender um trabalho digno e o respeito por outros princípios em todo o mundo.

Trabalhando em estreita colaboração com os parceiros sociais, devemos afastarmo-nos do modelo de relações laborais conflituosas e antiquadas e evoluir para uma abordagem mais inclusiva no local de trabalho, baseada no empenhamento dos trabalhadores e na qualidade do trabalho. Esta abordagem deve ser estabelecida no âmbito de um enquadramento mais vasto, baseado em valores e na nossa confiança numa Europa mais justa e mais inclusiva. A igualdade de género e a eliminação do desnível de remunerações entre homens e mulheres, a diversidade, a não discriminação, a igualdade de oportunidades e o respeito pelas minorias constituem valores fundamentais da UE, intimamente ligados à **agenda mais vasta dos direitos humanos fundamentais**.

Considero que a nova Comissão deverá abordar estas questões de forma mais integrada, analisando aprofundadamente a forma como as competências da UE lhe permitirão dar um contributo directo para facilitar o processo de mudança.

### ***...onde os migrantes legais estão bem integrados...***

A imigração desempenha já um papel importante no crescimento da população da UE, contribuindo para colmatar lacunas na oferta de mão-de-obra. Simultaneamente, a gestão dos fluxos migratórios será um dos maiores desafios com que a UE se verá confrontada nos próximos anos.

Nos próximos cinco anos assistiremos ao desenvolvimento e consolidação de uma verdadeira **política comum de imigração**, assente numa visão de longo prazo que coloca a tónica no respeito pelos direitos fundamentais e pela dignidade humana.

A próxima Comissão deverá esforçar-se por incluir a solidariedade nas respostas dadas a estes desafios, reconhecendo que se trata de um problema comum a todos os Estados-Membros:

- **A migração económica** deve corresponder melhor às necessidades dos mercados de trabalho, o que permitirá ter em conta, de forma

mais adequada, as qualificações dos imigrantes e facilitar a sua integração. Para maximizar os efeitos positivos da imigração legal – tanto para os países de origem e de destino, como para as sociedades de acolhimento e para os próprios imigrantes - deve ser assegurado um nível de direitos uniforme para os imigrantes legais na UE.

- Iremos intensificar o nosso trabalho de **integração dos migrantes**, salvaguardando os seus direitos, mas sublinhando também a sua própria responsabilidade na integração nas sociedades onde se querem instalar. A educação e a formação são instrumentos poderosos de integração dos recém-chegados nas sociedades europeias que oferecem vantagens tanto para os migrantes como para os países europeus de destino; os programas da UE devem inovar através de mecanismos proactivos para promover a integração.
- Finalmente, a prevenção e a luta contra a **imigração ilegal** e a criminalidade a ela associada constitui outro aspecto essencial do desenvolvimento de uma política comum de imigração legal.

### ***... um mercado único adaptado ao século XXI...***

A crise recente revelou que continua a existir uma forte tentação imediata de ignorar o mercado único quando os tempos são difíceis. Registaram-se tentativas de utilizar a crise como pretexto para atacar o mercado único. A Comissão continuará a ser um defensor implacável do mercado único enquanto pedra angular dos Tratados e fará tudo o que estiver ao seu alcance para o defender, na medida em que se trata do melhor garante da prosperidade a longo prazo. A experiência do ano passado veio revelar uma vez mais que o mercado único constitui a base em que se alicerça o crescimento europeu. Mas é igualmente necessário adaptá-lo, para fazer face aos desafios da economia do amanhã.

A fixação do marco de 1992 para a realização do mercado interno constituiu um sinal forte que permitiu gerar novas oportunidades de crescimento e de progresso social na Europa. Com a aproximação do vigésimo aniversário desta data simbólica, em 2012, devemos não só celebrar tudo o que foi feito, mas também questionarmo-nos sobre os motivos que impediram que o sonho original fosse completamente concretizado. Pretendo lançar uma análise global dos «elementos em falta» no mercado interno, a fim de determinar as razões que levaram à não realização do seu pleno potencial e identificando simultaneamente novas fontes de crescimento e de coesão social. Procurarei obter um largo espectro de opiniões, envolvendo no processo os diferentes intervenientes, os consumidores e personalidades eminentes para identificar os problemas e contribuir para encontrar soluções. Gostaria que a próxima Comissão adoptasse uma abordagem mais sistemática neste domínio, por exemplo através da sua iniciativa de acompanhamento do mercado, com o

objectivo de **redinamizar o mercado interno** enquanto motor fundamental da economia europeia.

Serão necessárias novas medidas para abrir o mercado dos serviços financeiros, incluindo o financiamento de retalho, o comércio electrónico, os serviços ambientais e os serviços empresariais. Deverá ser dada especial atenção à dimensão de retalho, que é aquela em que a maioria dos consumidores participa no mercado interno. Os Europeus não devem ser dissuadidos de fazer compras além fronteiras por temerem que os seus direitos não são devidamente protegidos: precisamos de uma **política activa de defesa do consumidor** que dê aos cidadãos a confiança necessária para participarem plenamente no mercado único.

Considero que o vigésimo aniversário do mercado interno constitui o momento adequado para propor um importante pacote para o mercado único do futuro, com propostas de acções concretas, incluindo iniciativas legislativas, por forma a colmatar as suas actuais lacunas e assegurar que os seus benefícios sejam repercutidos nos consumidores finais.

***... com base numa regulamentação «inteligente» que coloque os mercados ao serviço das pessoas***

Os mercados não podem ser vistos de forma isolada. Existem para servir um objectivo que consiste em assegurar a prosperidade para todos. É por esta razão que a Comissão prossegue a sua luta sem tréguas contra todos aqueles que abusam do mercado. Foi também por esta razão que a actual Comissão aplicou coimas no valor de quase 10 mil milhões de EUR na área da concorrência, tanto a empresas multinacionais e internacionais, como a empresas europeias. Foi ainda por esta razão que propusemos legislação que permite reduções nas tarifas dos telemóveis que podem atingir 60 %. É por esta razão que precisamos de continuar a construir um enquadramento regulamentar no domínio social, ambiental e técnico que coloque os mercados ao serviço das pessoas.

O mundo aprendeu, à sua custa, o preço a pagar pelo facto de deixar que os mercados e os seus agentes definam as regras do jogo. Para a próxima Comissão, o desafio consistirá em conceber uma abordagem regulamentar «inteligente» a aplicar aos domínios fundamentais de intervenção, o que exigirá regras que assegurem a transparência e um comportamento leal e ético por parte dos agentes económicos, tendo em devida conta o interesse público. Uma **regulamentação «inteligente»** deverá permitir proteger os consumidores e salvaguardar eficazmente os objectivos de interesse público, sem estrangular os agentes económicos, como as PME, nem restringir indevidamente a sua capacidade de concorrer.

A actual Comissão revolucionou a forma como as políticas são definidas a nível europeu, tendo as consultas públicas e as avaliações de impacto passado a ser a norma relativamente às novas propostas legislativas. Por outro lado, está em curso uma importante iniciativa de simplificação do direito comunitário existente. A próxima Comissão irá honrar o compromisso de reduzir, até 2012, a carga administrativa em 25 %. Mas quero ir ainda mais longe: temos de responder a este enorme investimento na avaliação *ex ante* com um esforço equivalente na **avaliação ex post**, para assegurar que as nossas propostas correspondem efectivamente às expectativas e viabilizar a sua revisão ou correcção quando não atingem os resultados esperados. Todas estas iniciativas destinam-se a centrar a acção da UE no essencial, eliminando a burocracia e a centralização desnecessária.

Se for ratificado, o Tratado de Lisboa introduzirá alterações no processo decisório da UE, incluindo a nível da comitologia. No âmbito da agenda para a regulamentação «inteligente», irei aplicar a abordagem da avaliação de impacto a certas propostas-chave sujeitas ao procedimento de comitologia. Vou tentar igualmente encontrar formas de ajudar o Parlamento Europeu a exercer o seu direito de controlo sobre uma gama alargada de decisões politicamente importantes.

### ***...incluindo os mercados globais***

A abertura é um factor crítico para a competitividade futura da Europa. Não se trata de uma mera questão de preferência política, na medida em que corresponde ao nosso próprio interesse enquanto principal bloco exportador mundial. A Europa está particularmente exposta aos prejuízos decorrentes dos efeitos da crise no **comércio mundial** e deve posicionar-se portanto na vanguarda do combate ao protecçãoismo sob todas as suas formas. É claro que não podemos ser ingénuos: os outros devem também abrir os seus mercados às nossas exportações de bens, serviços e capitais. Em todo o caso, a abertura ao comércio e ao investimento é um factor indispensável para o crescimento.

Apesar de a obtenção de um acordo na Ronda de Doha continuar a ser a grande prioridade, a UE deve também prosseguir na via da conclusão de acordos comerciais e de comércio livre. As negociações comerciais terão de ser norteadas pelo interesse da UE. Uma vez que, graças às sucessivas rondas de reduções pautais, os direitos aduaneiros são agora muito mais baixos, o principal obstáculo às exportações da UE consiste, em muitos casos, em entraves não pautais. De acordo com a nossa experiência com a criação do mercado interno, dismantlar este tipo de obstáculos e evitar o aparecimento de novos entraves é muito mais complexo do que a redução

dos direitos, dependendo não tanto das competências técnicas, mas mais da qualidade das relações entre os países em causa. Precisamos congregarmos melhor as diversas vertentes da nossa política externa, por forma a utilizarmos o nosso «*soft power*» para obtermos resultados sólidos para as empresas e os cidadãos da UE. O interesse europeu deve ser promovido de uma forma coerente e firme.

**A cooperação no domínio da regulamentação e da normalização** é um importante instrumento para defendermos os nossos interesses nos mercados mundiais. Diálogos transversais, como o realizado no âmbito do Conselho Económico Transatlântico com os Estados Unidos, o nosso mais importante parceiro comercial e em termos de investimento, são uma forma eficaz de estruturar as relações com os nossos principais parceiros comerciais. A UE possui uma vasta experiência no domínio da regulamentação e da normalização dos produtos e irá partilhá-la com os nossos parceiros por forma a moldar a globalização.

### ***...e ligados pelas redes do futuro***

Ainda há pouco tempo, o grande objectivo consistia em ligar todas as casas à rede de electricidade e à rede telefónica. Hoje, o que é necessário é assegurar a ligação à rede de banda larga de alto débito. Este facto poderá promover um enorme crescimento da actividade económica e até um milhão de novos postos de trabalho, sendo no entanto necessário garantir a segurança regulamentar e uma intervenção activa para eliminar os estrangulamentos e combater os obstáculos à entrada no mercado. A próxima Comissão irá desenvolver uma **Agenda Digital Europeia** (acompanhada de um programa legislativo específico) que visa remover os principais obstáculos a um verdadeiro mercado único digital, promover o investimento na Internet de alto débito e impedir o aparecimento de uma «clivagem digital» inaceitável. Tendo em conta a dependência crescente das nossas economias e sociedades em relação à Internet, será igualmente proposta uma importante iniciativa para reforçar a segurança da rede.

**A segurança do abastecimento energético** e a melhoria das interligações são cruciais para o crescimento futuro. Um dos próximos grandes projectos europeus destina-se a dotar a Europa de uma nova «**super-rede**» europeia **de electricidade e gás** que contribuirá para satisfazer as nossas necessidades crescentes de energia de uma forma mais racional, a fim de reforçar a segurança e a estabilidade do abastecimento energético, o que nos permitirá atingir os nossos objectivos em termos de alterações climáticas. Foi já possível registar progressos com as interligações do Báltico e foi lançado o projecto do gasoduto Nabucco, o que demonstra os resultados que se podem obter mediante uma conjugação da liderança da Comissão com o

empenhamento político dos Estados-Membros e quando se recorre a uma combinação inteligente de instrumentos regulamentares e dos fundos necessários. Nos próximos cinco anos não bastará levar estes projectos a bom termo, mas é também necessário lançar novas iniciativas, como um plano de interligação mediterrânico, interligações para gás, electricidade e petróleo e ligações entre os fornecedores africanos e a UE.

#### ▪ ***Promover a Europa dos cidadãos***

A preservação e o reforço da prosperidade económica e da coesão social estão no centro da missão da UE. Constituem o ponto de partida para abordar a questão da exclusão social e da contribuição da Europa para o combate à pobreza. Mas o projecto europeu vai mais longe: a UE não se limita a conferir aos seus cidadãos direitos, protecção e oportunidades relacionados com o mercado. Contribui igualmente para aproximar as pessoas, constituindo a diversidade cultural da Europa um poderoso canal de comunicação. Os princípios da liberdade de circulação e da igualdade de tratamento para os cidadãos da UE devem tornar-se uma realidade concreta no seu dia-a-dia.

A promoção e o progresso do estatuto das mulheres constitui apenas uma das muitas áreas a que UE deverá prestar atenção.

#### ***...significa promover os direitos e assegurar protecção...***

Ao longo dos anos, a UE tem vindo a conferir aos cidadãos um grande número de novos direitos – desde a igualdade de remuneração à livre circulação, passando pelas indemnizações aos passageiros das companhias aéreas. Estes direitos, resultantes da integração na UE, proporcionaram aos cidadãos benefícios muito concretos, apesar de a sua aplicação continuar a ser problemática. Podemos certamente ir mais longe para promover os direitos das pessoas e facilitar o seu exercício.

A promoção dos direitos está indissociavelmente ligada à protecção das pessoas. Precisamos de uma **estratégia da UE em matéria de segurança interna** que assegure uma melhor protecção da vida e segurança dos cidadãos: temos de garantir que a abertura das fronteiras não dê oportunidades que possam ser exploradas pela criminalidade e pelo terrorismo. Devemos dar provas de solidariedade na utilização de instrumentos como a Frontex para garantir que as fronteiras da UE permitam controlar de forma eficaz as situações de ilegalidade.

A protecção dos cidadãos é evidentemente completada pelo papel da UE na **prevenção e resposta a catástrofes e a situações de crise**. Lutar contra

os incêndios florestais, dar resposta aos efeitos dos terremotos ou lidar com a ameaça da pandemia de gripe são domínios em que a intervenção da UE pode constituir uma mais-valia em relação à acção de cada Estado-Membro através de uma solidariedade concreta. A avaliação da mais-valia da UE na gestão de crises e a aplicação dos respectivos resultados constituem uma prioridade imediata para a próxima Comissão.

### **...eliminar os obstáculos para os cidadãos**

Os cidadãos europeus continuam a debater-se com numerosos obstáculos quando tentam adquirir bens ou serviços para além das suas fronteiras nacionais. Deveriam poder exercer os seus direitos enquanto cidadãos da UE do mesmo modo que exercem os seus direitos no seu próprio país. A Comissão irá elaborar um relatório exaustivo sobre estes obstáculos para os cidadãos e propor a melhor forma de os eliminar, bem como um relatório sobre os obstáculos que continuam a existir no mercado interno.

### **... significa fazer face ao desafio demográfico**

Uma sociedade justa é também uma sociedade que cuida dos mais vulneráveis. O envelhecimento da população faz parte dos grandes desafios que se nos colocam. Uma vida mais longa é símbolo de sucesso – precisamos de promover uma vida mais saudável, mais realizada e mais longa. Mas constitui também um desafio em termos de sustentabilidade e precisamos de fazer mais para dar resposta à mudança, explorando novas soluções baseadas no progresso tecnológico para preservar o mais possível a independência da terceira idade. Para tal, é também necessária uma economia dinâmica com finanças públicas sólidas que possam assegurar os cuidados de saúde necessários para os idosos. Existem hoje milhões de europeus totalmente dependentes das suas pensões. A crise veio revelar a relevância da estratégia europeia em matéria de sistemas de pensões, bem como a interdependência que existe entre os diferentes pilares das pensões em cada Estado-Membro e a importância das abordagens comuns da UE em matéria de solvência e de adequação social. Sublinhou também a importância dos fundos de pensões no sistema financeiro. Temos de assegurar que as pensões desempenhem plenamente o seu papel, que consiste em prestar o maior apoio aos actuais e aos futuros pensionistas, incluindo os grupos mais vulneráveis.

### **... apoiar a mobilidade dos jovens**

A Europa é também uma realidade concreta através das iniciativas de intercâmbio. Numa época de crise económica e social, estou profundamente convicto da importância de promover o acesso da nova geração à dimensão

européia. Para tal, proponho que os instrumentos existentes, como o Erasmus, sejam integrados numa nova iniciativa comunitária em prol da juventude e da mobilidade, inserida na estratégia UE 2020. Até 2020, todos os jovens na Europa devem ter tido a possibilidade de passar uma parte do seu percurso educativo noutros Estados-Membros. Uma iniciativa **«Juventude em movimento»** deste tipo daria um contributo determinante para a promoção da diversidade cultural, do diálogo intercultural e do ensino multilingue.

### ***... e reforçar o diálogo e a informação***

Por último mas não menos importante, quando se fala da «Europa dos cidadãos» fala-se também da responsabilização e da abertura das instituições da UE. O diálogo com os cidadãos e com os diferentes intervenientes da sociedade civil, que constitui a imagem de marca da actual Comissão, continuará a ter uma importância fundamental. As pessoas têm direito a uma informação acessível. A Comissão redobrará de esforços para assegurar uma verdadeira presença e comunicação no terreno, nos Estados-Membros e nas regiões, em parceria com o Parlamento Europeu, ouvindo os cidadãos e estando disponível para responder directamente às suas questões e inquietações. Irei igualmente estudar de que modo poderemos intensificar o diálogo entre a Comissão e os meios de comunicação social. Mas não tenhamos ilusões: o défice de sensibilização em relação à UE só poderá ser colmatado com a plena colaboração das autoridades nacionais e regionais. Temos de evitar a velha armadilha utilizada pelos políticos que consiste em assumir o mérito pelos êxitos alcançados pela Europa e em culpar e responsabilizar «Bruxelas» ou «Estrasburgo» por tudo quanto lhes desagrada. Temos de instaurar um diálogo com mais maturidade com os nossos cidadãos sobre as decisões que afectam o seu dia-a-dia.

### **▪ *Abrir uma nova era para a Europa Global***

O mundo oferece hoje à Europa uma oportunidade sem precedentes para influenciar o curso dos acontecimentos. A actual estrutura do poder está de novo a mudar. Os factores de influência estão a tornar-se mais complexos e a crise veio revelar que a autoridade a nível mundial deixou de depender exclusivamente do poderio militar, do peso demográfico e da força económica. A crise veio demonstrar, uma vez mais, que o mundo precisa de valores e de modelos de sociedade capazes de gerar novas ideias perante novas situações. Mostrou ainda que a interdependência a nível global é um fenómeno irreversível: com décadas de experiência em cooperação transnacional, a UE tornou-se um banco de ensaio natural para a globalização e um baluarte incontornável da governação global.



Assim, na sua qualidade de primeiro bloco comercial do mundo, de maior doador de ajuda ao desenvolvimento, de motor da ajuda humanitária, de referência em termos de direitos humanos e de paladino no combate às alterações climáticas, temos todas as razões para sermos positivos e estarmos confiantes na nossa posição na cena internacional.

O Tratado de Lisboa, a ser ratificado, constituirá um instrumento que nos permitirá abrir uma nova era na projecção dos interesses da Europa a nível mundial, na medida em que aborda directamente algumas das questões que têm vindo a dificultar a nossa acção. Contribuirá para melhorar a coerência da nossa acção externa e permitirá que a diplomacia, a gestão de crises e a capacidade de defesa europeia emergente sejam utilizadas paralelamente com outros instrumentos mais tradicionais, como o comércio e o desenvolvimento. Este Tratado conferirá novos poderes e um papel reforçado ao Parlamento Europeu.

Mas o que será determinante será a vontade política de explorar plenamente todas as potencialidades destes instrumentos. Comprometo-me a assegurar que a Comissão, graças ao seu papel motor em muitas das políticas externas essenciais, aproveitará esta ocasião para que a Europa adquira o peso que merece na cena internacional. Hoje em dia, as relações externas não devem ser encaradas como um capítulo isolado, mas antes como fazendo parte integrante da estratégia para atingir os nossos objectivos de política interna.

A nomeação de um novo Alto Representante, que é simultaneamente Vice-Presidente da Comissão responsável pelas relações externas, constitui uma importante inovação com um enorme potencial. O mesmo acontece com o futuro Serviço Europeu para a Acção Externa, que irá congregiar recursos da Comissão, do Secretariado do Conselho e dos Estados-Membros para otimizar os resultados da nossa acção externa. Estamos perante uma ruptura com o passado e estou determinado em conseguir os melhores resultados.guardo com expectativa a realização de um debate aprofundado com o Parlamento Europeu sobre a aplicação de uma agenda ambiciosa em matéria de relações externas e a melhoria da cooperação institucional nesta área.

A importância da dimensão externa da UE reflecte-se na diversidade das **nossas relações-chave com os países terceiros**. A Europa deve continuar a ser um baluarte em matéria de multilateralismo e a cooperar estreitamente com as Nações Unidas e outras organizações multilaterais. Temos também de aproveitar a oportunidade proporcionada por um contexto internacional em mutação para aprofundar as parcerias estratégicas com os nossos principais parceiros bilaterais, como os Estados Unidos, bem como com os parceiros do G8 e do G20. É neste contexto que a UE pode tirar melhor partido da

dimensão externa para promover a realização dos seus próprios objectivos em domínios como a prosperidade, a segurança, as alterações climáticas, a energia e o combate à pobreza.

Para uma Europa assente em valores, o desafio moral da redução da pobreza no mundo deve continuar a ser um dos nossos objectivos mais prementes. Não podemos deixar que a crise económica nos países desenvolvidos nos exima da nossa responsabilidade de ajudar aqueles que, em tantas partes do mundo, lutam pela sobrevivência. Estou decidido a continuar a defender a prossecução do trabalho pioneiro da Europa, especialmente em África, e a ser uma referência para o mundo em desenvolvimento. A nossa meta deve continuar a ser a realização dos **Objectivos de Desenvolvimento do Milénio**, bem como ter um impacto real a nível dos desafios da segurança alimentar e em matéria de abastecimento de água, da saúde e da educação.

Precisamos de promover activamente os **direitos humanos**, nunca hesitando em condenar as violações destes direitos fundamentais. Devemos explorar o nosso potencial para nos tornarmos uma potência civil para a **paz**, aliando a **segurança** ao **desenvolvimento** com vista a apoiar e reabilitar os Estados em colapso. Podemos e devemos fazer mais na resolução de conflitos, bem como na manutenção e consolidação da paz. A não proliferação nuclear será um desafio importante nos próximos anos – temos de estar prontos para partilhar a experiência que adquirimos com o Tratado Euratom.

A Europa tem uma responsabilidade especial na promoção da liberdade, estabilidade e prosperidade nos **países vizinhos**. Assumimos compromissos em relação aos países candidatos que desejam aderir à UE e temos de honrar esses compromissos – o **alargamento** tornou a União muito mais forte e promoveu a paz e a estabilidade no nosso continente. Por outro lado, o alargamento só se poderá concretizar quando tanto a UE como os países candidatos estiverem prontos para assumir as responsabilidades que dele decorrem. Mas o alargamento não é um processo sem fim. Relativamente aos países vizinhos que não vão aderir à UE, precisamos de desenvolver alternativas credíveis e atraentes capazes de satisfazer as suas aspirações, bem como as da UE. A próxima Comissão irá dinamizar a União para o Mediterrâneo e a Parceria Oriental, tendo em vista desenvolver uma política de vizinhança que permita enfrentar os desafios com que tanto a UE como os nossos vizinhos estão confrontados.

### ***Meios à altura das nossas ambições***

Um dos riscos que podem afectar a exploração de novas fontes de crescimento e de coesão social prende-se com a falta de investimento. Os orçamentos estatais

irão estar sob pressão durante os próximos anos, na sequência do esforço orçamental sem precedentes para combater a crise. Temos de ser criativos em termos de mobilização dos meios para concretizarmos as nossas prioridades.

Temos de trabalhar de forma mais estreita e imaginativa com o **Banco Europeu de Investimento** e o sector privado. No âmbito dos instrumentos existentes, devemos melhorar ainda mais a articulação entre as subvenções a partir do orçamento da UE e os empréstimos do BEI, de modo a reforçar o efeito multiplicador global. O Mecanismo de Financiamento com Partilha de Riscos que estabelecemos com o BEI na área da investigação e desenvolvimento constitui um excelente exemplo em que nos podemos inspirar, o mesmo acontecendo com a nossa cooperação recente em projectos de eficiência energética. É igualmente minha intenção procurar novas formas de reforçar o papel do BEI no financiamento de projectos essenciais, em especial nas áreas das tecnologias verdes, das infra-estruturas e da segurança energética. A Comissão irá propor também um novo quadro para as **parcerias público-privadas**, para associar diferentes fontes de financiamento no sentido de maximizar o investimento nos próximos anos.

Temos igualmente de reestruturar o orçamento da UE, de modo a dar resposta às novas prioridades, o que exigirá uma profunda **reforma do orçamento da UE**. O momento oportuno para o fazer será a preparação do Quadro Financeiro Plurianual 2014+. Gostaria de utilizar a próxima reapreciação do orçamento para lançar este exercício. Definir o próximo quadro financeiro não será tarefa fácil. Embora todos estejam de teoricamente acordo com a necessidade da reforma, assim que o debate evolui para medidas concretas parece registar-se uma forte tendência para a manutenção do *statu quo*. Consequentemente, antes de entrar em aspectos específicos, como a necessidade de alterar o actual ciclo de sete anos, desejo chegar a um acordo com o Parlamento Europeu e com o Conselho sobre três princípios essenciais que orientarão o debate:

- O orçamento da UE deve centrar-se em actividades que tenham um verdadeiro valor acrescentado a nível europeu. Para além de considerações políticas, deve recorrer-se a critérios de eficiência para estabelecer prioridades a nível da despesa da UE em função do seu valor acrescentado (por exemplo, tendo em conta os efeitos transfronteiras, as economias de escala ou a necessidade de colmatar as lacunas do mercado).
- Temos de deixar de nos preocupar unicamente com o saldo líquido e evoluir no sentido de uma abordagem baseada na solidariedade, na partilha dos encargos e na equidade, que seja abrangente e partilhada por todos.
- A estabilidade do quadro financeiro deve ser contrabalançada por um grau muito mais elevado de flexibilidade, por forma a criar as condições para

que a União possa responder eficazmente a novos desafios e necessidades.

Esta reflexão não pode iludir a questão dos «**recursos próprios**», um sistema de financiamento da UE que se transformou ao longo do tempo numa combinação confusa e opaca de contribuições e abatimentos. A UE terá de estabelecer uma forma mais eficiente e transparente de financiar as suas políticas e de simplificar o sistema de disponibilização dos fundos, de modo a maximizar o impacto da despesa, ao mesmo tempo que salvaguarda os princípios da boa gestão financeira.

## ***Como deve funcionar a Europa***

### ***A Comissão Europeia enquanto motor do projecto europeu...***

Os últimos cinco anos à frente da Comissão Europeia reforçaram a minha profunda convicção de que esta instituição é indispensável como força motriz do projecto europeu. Com efeito, só a Comissão tem a autoridade, a capacidade administrativa e os conhecimentos técnicos para apresentar propostas que tenham em conta os interesses de todos os Estados-Membros e de todos os cidadãos e só ela tem a visão de longo prazo que lhe permite encontrar soluções para as grandes questões que enfrentamos actualmente. Só a Comissão tem a autoridade e a independência para tratar de forma equitativa todos os Estados-Membros a nível da execução das obrigações impostas pelos tratados e pela legislação.

Se atenderem às prioridades em relação às diferentes políticas por mim acima esboçadas, é claro que a actividade regulamentar e **legislativa** continuará a ser uma das missões fundamentais da Comissão. Neste contexto, é necessário assegurar a adesão ao conceito de regulamentação inteligente, a fim de garantir que a legislação seja eficaz, proporcional e abrangente: eficaz, porque deve basear-se nas realidades concretas nomeadamente dos operadores económicos; proporcional, porque a regulamentação deve ter um impacto positivo suficiente para justificar uma iniciativa legislativa e deve ter em conta todos os efeitos colaterais potenciais; abrangente, porque devemos apresentar propostas com plena consciência das suas consequências económicas, sociais e ambientais. Demonstrámos igualmente que a Comissão pode protagonizar uma mudança da cultura administrativa da Europa, através do programa «Legislar melhor», que se traduzirá numa poupança de 30 mil milhões de EUR para a economia da UE. Gostaria de desenvolver mais este aspecto, tendo em especial atenção as necessidades das PME.

A autoridade do Presidente é vital para garantir a **colegialidade**, a coerência e o papel específico da Comissão no sistema europeu. É agora reconhecido que o Colégio actual, o primeiro da UE alargada a 27 países, tem sido capaz de congrega os interesses das diferentes áreas de competência de forma eficaz e de abordar políticas transversais e integradas, como nas áreas da migração, da energia e das alterações climáticas. A próxima Comissão deverá prosseguir de forma eficaz as políticas enunciadas nestas orientações, na medida em que tenciono reflecti-las na organização e nos programas de trabalho do Colégio e dos serviços.

A Comissão só poderá ser forte se assentar em elevados padrões éticos e se mantiver um alto grau de profissionalismo. Orgulho-me com os progressos

alcançados nos últimos anos, mas gostaria que se avançasse em certos domínios como, por exemplo, na área da gestão financeira: uma vez que já está plenamente operacional, deve ser conferida ao OLAF total independência em relação à Comissão. Tenciono rever igualmente o Código de Conduta dos Comissários e espero que se torne um documento de referência que possa inspirar as outras instituições da UE.

***...mas não o pode fazer avançar sozinha: precisamos de uma «Parceria para o progresso»...***

Estas orientações políticas descrevem a forma como a Comissão Europeia pode trabalhar para introduzir alterações fundamentais em benefício dos cidadãos europeus. Mas a União Europeia só poderá verdadeiramente avançar quando os diferentes protagonistas partilharem uma visão comum e uma direcção comum. Trabalhar no âmbito de verdadeiras parcerias permite congregar o núcleo democrático da UE, os diferentes interesses nacionais e o interesse europeu, o que terá um impacto decisivo. É esta a essência do **método comunitário**: garantir que o interesse específico europeu seja colocado no centro das políticas adoptadas, garantir a transparência e a responsabilidade democrática das decisões tomadas e salvaguardar a igualdade dos Estados-Membros.

A fim de enfrentar os complexos desafios que se nos deparam, precisamos de mobilizar todos os sectores da sociedade: instituições da UE, autoridades nacionais, regionais e locais, empresas, sindicatos e sociedade civil. As alterações climáticas constituem um bom exemplo. Foi necessária a liderança política da Comissão Europeia, do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu; será necessário o empenhamento das autoridades nacionais, regionais e locais para se continuar a avançar; e é necessária a contribuição dos parceiros sociais e de toda a sociedade civil para galvanizar todos os sectores da sociedade para uma mudança de atitude. Seria um desastre encarar este desafio como um jogo de soma zero, em que a acção de um nível dos poderes públicos se faz em detrimento dos outros.

A nível internacional funciona a mesma dinâmica. A última década de debates com os nossos principais parceiros a nível mundial está cheia de exemplos de situações de sucesso quando falamos a uma só voz e de relativo fracasso quando apresentamos uma frente discordante. Esta é uma das razões pela qual precisamos do Tratado de Lisboa para que a Europa possa exercer a influência que merece.

***...pôr a subsidiariedade ao serviço da Europa***

Temos que abandonar completamente a ideia de que existe uma rivalidade entre os Estados-Membros e a UE. Todos devem trabalhar para o mesmo objectivo –

assegurar os melhores resultados para os cidadãos. A desconfiança tem sido, com demasiada frequência, a causa das deficiências do nosso sistema: contribuiu para as lacunas do nosso sistema de regulamentação financeira, que foram expostas de forma tão brutal no ano passado. A questão consiste em saber como se poderá melhorar a situação, o que implicará uma aplicação eficaz do princípio da subsidiariedade.

Pessoalmente, considero que a subsidiariedade é a tradução de um princípio democrático, que decorre de uma doutrina muito pragmática, destinada a assegurar a máxima eficácia à acção pública numa União baseada na solidariedade e a desenvolvê-la ao nível mais adequado.

A UE funciona melhor quando se centra na sua actividade de base. Tenciono concentrar os nossos recursos limitados nos domínios em que podemos ter maior impacto e em que podemos assegurar maior valor acrescentado.

Simultaneamente, a escala continental da Europa e a dimensão das nossas ambições levam-nos inevitavelmente a ter uma perspectiva mais alargada virada para uma panorâmica mais geral. Isto não significa que a UE tenha sempre de adoptar nova legislação – os Tratados permitem-nos adoptar legislação quando necessário, mas também nos levam a promover o debate e a disseminar ideias relativamente à visão global dos nossos fundadores.

Pretendo ser rigoroso na identificação das áreas em que necessitamos ter regras comuns e aquelas em que apenas precisamos de um enquadramento comum. Nem sempre atingimos o justo equilíbrio e nem sempre reflectimos sobre as consequências da **diversidade de uma UE a 27**. Numa área como os OGM, por exemplo, deverá ser possível combinar um sistema de autorização comunitário, baseado em dados científicos, com a liberdade de os Estados-Membros decidirem se pretendem ou não cultivar OGM no seu território.

O Tratado de Lisboa institui novos procedimentos destinados a permitir que os parlamentos nacionais intervenham, no caso de a subsidiariedade suscitar preocupações. No entanto, mais importante será desenvolver uma doutrina clara que permita definir quando devem ser tomadas medidas a nível da UE, o equilíbrio entre os instrumentos a nível da UE e a nível nacional e as expectativas que devemos ter em relação à execução por parte dos Estados-Membros da política da UE nos seus próprios países.

### ***...e com uma parceria especial entre a Comissão Europeia e o Parlamento Europeu***

A chave para o êxito da Europa consiste em definir e salvaguardar o interesse europeu. É por esta razão que é tão importante que o Parlamento Europeu e a

Comissão Europeia continuem a cooperar estreitamente. São estas as duas instituições que desempenham um papel específico na identificação, formulação e concretização do interesse europeu e são elas que têm uma responsabilidade especial em garantir que a UE é mais do que uma mera soma das suas partes.

Este processo de definição do interesse europeu não pode ocorrer num vazio político – tem de ser o resultado de um debate político num verdadeiro espaço público europeu. Pretendo trabalhar em conjunto com o Parlamento Europeu enquanto instância decisiva da democracia deliberativa europeia.

Gostaria portanto de dar uma nova dimensão à nossa parceria especial, reforçando e complementando os mecanismos de cooperação que já criámos. Proporia o seguinte:

- Convidar a Conferência de Presidentes para uma reunião anual com todo o Colégio, antes da aprovação do Programa legislativo e de trabalho da Comissão.
- Reuniões mais regulares com a Conferência de Presidentes, a fim de garantir uma estreita coordenação e intercâmbio de informações sobre questões importantes, com base no processo que iniciámos durante a crise financeira.
- Participação periódica num período de perguntas no plenário do Parlamento Europeu sobre temas previamente definidos de especial importância para a UE, de forma a permitir um debate sério, bem preparado e aprofundado.
- Reapreciação de todas as propostas pendentes no início do mandato da nova Comissão, a fim de as confirmar politicamente ou de as retirar, em função dos pontos de vista expressos pelo Parlamento.
- Prestação de todas as informações necessárias no domínio da acção externa, no pleno respeito das prerrogativas do Conselho, nomeadamente no que se refere à negociação de acordos internacionais, disponibilizando-as atempadamente ao Parlamento Europeu, de forma a que este possa desempenhar o papel reforçado que lhe caberá se o Tratado de Lisboa for ratificado.

Trata-se de propostas concretas que têm em vista o reforço da tão necessária parceria especial entre o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, que permita que as instituições que se encontram no cerne do projecto europeu possam fazer avançar a Europa com a maior eficácia.



O meu primeiro mandato foi consagrado principalmente à consolidação da Europa a 27. A União alargada proporciona-nos agora um trampolim para utilizarmos da melhor forma a nossa dimensão e a nossa força. Temos agora as condições para avançar com convicção e determinação para uma nova ambição. Se for reconduzido, continuarei a fazer tudo o que estiver ao meu alcance para que esta ambição para a Europa possa concretizar-se. Utilizarei plenamente os poderes da Comissão e continuarei a trabalhar em parceria com os Estados-Membros. Agirei com firmeza quando a acção da UE for essencial para abordar as questões fundamentais com que os Estados-Membros se confrontam. Desafiá-los-ei a confirmar o compromisso que assumiram ao nomear-me, tal como desafiarei o Parlamento Europeu a fazer sua a minha ambição. Conferirei uma nova dimensão à parceria especial com o Parlamento Europeu a fim de garantir que as duas instituições comunitárias por excelência contribuam em conjunto para criar uma União Europeia próspera, socialmente avançada, segura e sustentável, uma Europa alicerçada nos valores da liberdade e da solidariedade.

A handwritten signature in black ink, consisting of a vertical stroke on the left, a horizontal stroke extending to the right, and a curved stroke at the end that loops back slightly.

*José Manuel Durão Barroso*  
*Bruxelas, 3 de Setembro de 2009*





